



Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2016



**Pousada da Juventude da Caldeira
do Santo Cristo. Lda**



Índice

1. EMPRESA	3	
1.1. Informação Geral	3	
1.2. Órgãos Sociais	5	
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7	
2.1. Ilha de Santa Maria	7	
2.2. Ilha da Graciosa	8	
2.3. Ilha das Flores	8	
2.4. Ilha de São Jorge	9	
2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira	10	
2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas	10	<u>1</u>
2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas	12	
2.8. Ilhas da Coesão 2020	13	
2.9. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	13	
2.9.1. Linha de Crédito Açores Investe	13	
2.9.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	14	
2.9.3. Linha de Crédito Açores Empresas	14	
2.9.4. Linha de Crédito Açores Empresas II	15	
2.9.5. Linha de Crédito Açores Investe II	15	
2.9.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	16	
2.9.7. Linha de Crédito Açores Empresas III	16	
2.9.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	17	
2.9.9. Medidas de Apoio ao Emprego	19	
2.10. Compromissos Financeiros e Financiamento	19	
3. RECURSOS UTILIZADOS	21	
3.1. Recursos Humanos	21	

3.2. Recursos Técnico – Investimentos	21
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA	22
4.1. Situação Económica	22
4.1.1. Proveitos	22
4.1.2. Custos	22
4.1.3. Resultados	22
4.2. Situação Financeira	23
4.3. Dados Económico-financeiros	23
4.4. Indicadores Económico – financeiros	24
5.FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	24
6.DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	24
7.PERSPETIVAS	25
8.AGRADECIMENTOS	25
9. CONTAS	26
9.1. Balanço consolidado	27
9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza	28
9.3. Demonstração dos resultados consolidados por função	29
9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	30
9.5. Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios	31
9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas	32
10. Relatório e Certificação Legal das Contas	64

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

2016



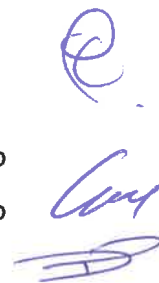
Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais



Pousada da Juventude da
Caldeira do Santo Cristo, Lda

Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais aplicáveis submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da “ILHAS DE VALOR, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2016.



1. EMPRESA

1.1. Informação Geral



3

A sociedade **Ilhas de Valor, S.A.** tem como empresas participadas a Sinaga – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A. e a Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Capital: 9.000.000,00 €.

Participação no Capital Social

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,00%	4.500.000,00€
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€
SATA – Air Açores, SA	0,28%	25.000,00€
Atlânticoline, SA	0,28%	25.000,00€

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado, correspondendo a 9 milhões de euros.



Nos termos do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, e que nos seus aspetos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O Relatório Consolidado de Gestão apresenta de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo Código das Sociedades Comerciais.

Objeto social:

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;

b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;

c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;

d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Ilhas de Valor, S.A. à data de encerramento do exercício tinham a composição:

5

1- Mesa da Assembleia-Geral

Presidente - José de Sousa Rego

Vice-Presidente - Luis Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária - Vera Cristina Pereira Sousa

2- Conselho de Administração

Presidente – Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo – Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo – Alberto da Silva Costa

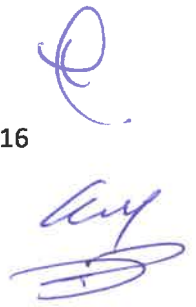
3- Órgão Fiscalização

Fiscal Único – Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Fiscal Suplente - Leopoldo Alves & Associados, SROC, representada por Leopoldo Assunção Alves (ROC nº 319)

A participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda a 31 de dezembro de 2016 tinha como membros da Gerência:

- Diana Rosa Ávila Valadão
- Manuel António das Matas dos Santos



No que respeita aos órgãos sociais da participada Sinaga - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A. tinha à data de encerramento do exercício os seguintes órgãos sociais:

1- Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Luis Manuel Pereira dos Santos Borrego

Vice-Presidente – Diana Rosa Ávila Valadão

Secretário – Maria do Sameiro Miranda Amaral Mesquita Gabriel

2- Conselho de Administração

Presidente – Paulo Manuel Leite Sousa Neves

Vogal Executivo – Rui Carlos Terra Maciel

Vogal executivo – André Rodrigues Bonança

3- Conselho Fiscal

Presidente – Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Vogal – Fernando Roberto Arruda Azeredo Pontes

Vogal – Celestina Filomena Gonçalves Oliveira

ROC Suplente - Leopoldo Alves & Associados, SROC, representada por Leopoldo Assunção Alves (ROC nº 319)



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No âmbito do previsto e planeado para as atividades da sociedade anónima de capitais públicos, Ilhas de Valor, S.A., o ano de 2016 correspondeu ao acompanhamento da atividade dos hotéis construídos através desta empresa e concessionados posteriormente, ao funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores, no qual também inclui o Projeto para a Incubadora de Empresas de Santa Maria.

Também correspondeu ao acompanhamento das atividades das empresas participadas.

Passamos a apresentar as seguintes:

2.1. Ilha de Santa Maria

Em 2016 concluiu-se o processo administrativo após a desafetação dos terrenos, do parque habitacional e das infraestruturas que se encontravam sob a administração da ANA, S.A., na ilha de Santa Maria, assim como a obtenção de alvarás de loteamento de alguns dos Bairros.

Com a aprovação do regulamento de venda das habitações em julho, a Ilhas de Valor S. A., como entidade gestora dos processos em Santa Maria, iniciou os contatos com todos os moradores abrangidos, tendo em vista a formalização das opções pelo arrendamento com opção de compra ou pela venda daquelas habitações, já com a realização de algumas escrituras de compra das moradias naquele ano.

O Plano de Intervenção da Zona Envolvente ao Aeroporto de Santa Maria deu lugar ao procedimento de Classificação do Lugar do Aeroporto de Santa Maria pela Direção Regional da Cultura, que contempla a proteção, valorização e o ordenamento, com a criação de regras urbanísticas e reabilitação daquela área.

Deu-se continuidade à limpeza e manutenção da salubridade da zona envolvente, bem como noutros espaços envolventes e zonas públicas do parque habitacional do Aeroporto.

No ano de 2016 deu-se início aos trabalhos de pavimentação do Bairro dos Anjos e respetivos trabalhos de remoção das coberturas de determinadas habitações, tendo-se desenvolvido ainda o devido projeto de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

Tendo sido lançado o concurso público para a empreitada da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no ano de 2016, e atendendo a que não existiram propostas para a execução da obra, procedeu-se à revisão e atualização de algumas peças do Concurso para relançamento em 2017.

2.2. Ilha da Graciosa

O Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas e em funcionamento desde 2009 tem um contrato de cessão de exploração hoteleira com a Fundação INATEL.

No ano de 2016 verificou-se um aumento/evolução positiva na atividade, nomeadamente nas dormidas que correspondeu a uma taxa de ocupação de 31,37%.

Ao longo deste período a Ilhas de Valor S.A. tem acompanhado a exploração com o objetivo da oferta e prestação de serviços de qualidade na área do Turismo naquela ilha.

8

2.3. Ilha das Flores

O Hotel das Flores tem um contrato de cessão da exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Este Hotel foi um investimento essencial e que tem sem dúvida, um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas ligadas à atividade turística, o que veio trazer à ilha das Flores outra capacidade, outra dimensão e outra qualidade na resposta que a ilha pode dar, integrando-se nos circuitos turísticos regionais, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.



Com o objetivo de proporcionar um alojamento de qualidade com vista à oferta de um produto turístico completo e diversificado, proporcionando aos seus clientes e colaboradores melhor qualidade e desempenho das atividades disponibilizadas pelo Hotel das Flores foram realizados diversos trabalhos no seu interior, nomeadamente a execução de substituição do Deque.

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, entrou em funcionamento em 2015, um investimento que, em conjunto com a reabilitação do edifício, na antiga unidade fabril, através da recuperação e reabilitação da mesma, e com o objetivo da estratégia de transformar espaços que são da memória e do passado dos Açores, trouxe à ilha das Flores um novo espaço de atração turística.

Foi inaugurado um novo espaço com nova exposição de peças restauradas patente ao público cujo objetivo é dar prosseguimento ao projeto de musealização denominado – Ferraria.

No ano de 2016 foram também executados diversos trabalhos com vista à promoção do espaço, nomeadamente a impressão de panfletos, impressão de placas de sinalização e execução de *lettering*.

Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário sempre apostando na melhoria, inovação da oferta, mantendo o padrão de exigência de qualidade necessários para dar resposta à procura do público interessado neste setor e melhores condições aos seus colaboradores.

9

Manteve-se a infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 3 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de 4.388 visitantes.

2.4. Ilha de São Jorge

Manteve-se a participação no Capital Social da empresa Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Os resultados e contas da empresa participada, em 2016, estão consolidados nas contas da sociedade Ilhas de Valor, S.A.

Ao longo de 2016 tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade da Pousada, através do contrato de cessão da exploração com a empresa Pousadas da Juventude dos Açores desde julho de 2011.

2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira

Desde outubro de 2015, conforme Contrato de Cessão de Exploração a sociedade Ilhas de Valor, S.A. explora o Campo de Golfe da Ilha Terceira.

Considerando o histórico do Campo de Golfe da Ilha Terceira, durante o ano de 2016, assegurou-se novamente a sua gestão acompanhando todas as ações e eventos desportivos na área do Golfe, promovendo a sua sustentabilidade e promoção turística do Golfe para a Região através da marca «Azores Golf Islands».

A conjuntura económico-financeira durante o ano de 2016, registou indicadores positivos devendo-se relativamente à retoma do setor turístico na Ilha Terceira, na qual foram implementadas algumas medidas.

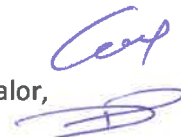
Uma adequada promoção nacional e internacional do Golfe Açores e a criação de ligações aéreas diretas à Ilha Terceira com origem em Boston, Madrid e Alemanha, permitiram dinamizar significativamente, o que originou um aumento nas vendas.

Concretizou-se durante o ano de 2016, o habitual calendário de torneios e a grande aposta na formação de jovens praticantes, o que também originou um aumento substancial de Green Fees e Serviços de Golfe.

Implementaram-se algumas medidas necessárias à racionalização de custos, sendo que a valorização do campo, foi sempre uma grande preocupação, atendendo a que no ano de 2017 se preveem a concretização da 7ª edição do Açores Ladies Open, evento internacional, bem como outros eventos nacionais de grande importância para a notoriedade do Golfe nos Açores.

2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas

Conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A. em 2010, a Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade, pretende-se continuar a assegurar a gestão dos Campos de Golfe.





A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada proshop e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o core-business deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infra-estruturas sociais, denominadas Clubhouse, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

Em 2014 e 2016 a Golf Digest Norte Americana, nomeou o Campo de Golfe das Furnas como o 2º melhor campo para se jogar em Portugal, ao Campo de Golfe da Batalha por sua vez foi-lhe concedido por dois anos consecutivos o certificado Outstanding Golf pela Leading Courses.

Os Campos de Golfe da ilha de São Miguel também foram palco de importantes competições Nacionais e Internacionais: VI Açores Ladies Open, torneio que dá acesso ao escalão máximo do golfe feminino europeu, o European Tour e que contou com 47 participantes de 20 nacionalidades, Final Nacional da 19ª Edição do Expresso BPI, 7ª edição Azoren Pro Am GOTP, 3ª edição do Troféu Açores de Golfe, 26.º Circuito Golfe e Comunicação e a 5.ª Edição da Taça do Emigrante e outros.

Para além destes em 2016 também realizaram-se torneios de âmbito Regional e Local, tendo como objetivo satisfazer o gosto pela prática da modalidade aliando a componente competitiva e o convívio entre os praticantes.

A divulgação da modalidade tem sido constante, através do incentivo à experiência. Os pacotes do “Golfe para todos” que já cativou um número considerável de novos praticantes nos últimos anos é uma aposta ganha e um incentivo para continuar por este caminho promovendo a divulgação da modalidade também fora dos campos de golfe.

Na expectativa de aproximar o Golfe nas camadas mais jovens da sociedade têm sido promovidas inúmeras ações de sensibilização ao golfe tanto no Campo de Golfe das Furnas como no Campo de Golfe da Batalha. São Apoiadas as mais variadas instituições particulares de solidariedade social, juntas de freguesia, casas de povo e associações sem fins lucrativos em ocupação de tempos livre com golfe nos períodos de férias escolares, tanto na Páscoa como nas férias de Verão.

Quanto aos resultados em 2016, refere-se que as receitas no ano de 2016 em comparação com o período homólogo tiveram um aumento de 23%.

Em todos os sectores houve um aumento tendo-se destacado a venda de greens-fees com um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

No sector de Visitantes também estão incluídas as receitas relativas aos visitantes que vêm através de agências, ou seja, aqueles que quando nos visitaram já tinham como objetivo a prática da modalidade, além destes, destaca-se os visitantes chamados os Walk - Ons, que são aqueles que depois de estarem nos Açores de férias percebem que existem Campos de Golfe disponíveis, através da divulgação feita nos hotéis, alojamentos locais e espaços de turismo rural. As receitas destes tiveram um peso 41% nas receitas gerais dos visitantes.

No final do ano, o resultado da exploração desta atividade correspondeu a -686 646,41 euros, e comparativamente ao ano de 2015 verificou-se um diferencial positivo de 3,4%.

2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas

12

Na sequência da participação da Sociedade Ilhas de Valor, S.A., no capital social da sociedade anónima SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas, S.A. - e atendendo a que esta empresa continua a reestruturar a dívida bancária existente, bem como a contratualização de novas linhas de financiamento, em 2016 a Ilhas de Valor, S.A. acompanhou o processo e disponibilizou apoio nas modalidades de Aval ou Garantias Bancárias.

Dando cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A., de 12 de dezembro de 2016 foi aumentado o Capital Social da SINAGA no valor de 900 mil euros.

Os resultados e contas da empresa participada SINAGA, S.A. estão consolidados nas Contas da Ilhas de Valor, S.A..

Esta empresa tem verificado um nível de atividade insuficiente para que possa diluir os custos associados a uma estrutura demasiado pesada, cujo processo produtivo também é ineficiente com os recursos atuais.



2.8. Ilhas da Coesão 2020

O documento denominado “Ilhas da Coesão 2020”, foi elaborado resultando de um trabalho múltiplo ao longo de 2015 e 2016 na recolha de informação documental sobre as denominadas “Ilhas da Coesão” (S. Jorge, Graciosa, Santa Maria, Flores e Corvo), com a realização de visitas e de reuniões em cada uma das cinco ilhas, mobilizando alguns dos atores locais julgados mais pertinentes para este efeito e concluiu com uma análise documental de medidas e instrumentos de discriminação positiva, a favor destas ilhas e da Coesão Regional.

A estratégia “Ilhas Coesão 2020” será concretizada através de um plano de Ação que integra um conjunto de medidas e intervenções em cada ilha. Tal como a estratégia, também o plano de Ação “Ilhas de Coesão 2020” foi e continuará a ser construído através de um processo aberto a todas as instituições, pelo que não será, assim, um documento fechado, mas sim um referencial estratégico aberto a todas as propostas efetuadas agora ou durante todo o período até 2020, desde que se enquadrem nas prioridades da estratégia “Ilhas de Coesão 2020”.

2.9. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.9.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas, estando a empresa a gerir e a pagar as bonificações de 36 operações.



Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	1.022.894,38
Montante Executado em 2016	18.298,24

2.9.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 144 operações.

14

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	4.508.939,68
Montante Executado em 2016	14.995,09

2.9.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até €25.000,00 (microempresas), €100.000,00 (pequenas empresas) e €250.000,00 (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.



A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 55 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2015	879.196,02
Montante Executado em 2016	1.364,42

2.9.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas e por conseguinte encerradas.

15

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2015	805.831,78
Montante Executado em 2016	12.375,03

2.9.5. Linha de Crédito Açores Investe II

Tem como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.



A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 919 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2015	3.749.000,06
Montante Executado em 2016	1.819.158,05

2.9.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 238 operações.

16

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2015	6.413.973,34
Montante Executado em 2016	1.078.924,95

2.9.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até €25.000,00 (microempresas), €100.000,00 (pequenas empresas) e €250.000,00 (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.



Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 7 operações com o montante de financiamento de 857.594,71€.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2015	499.117,77
Montante Executado em 2016	4.858,23

2.9.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

17

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 291 operações, 31 das quais beneficiaram da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que atualmente abrange 21 empresas.



(Handwritten signatures and initials)

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376

Aprovadas	344	91,0%
Desistências	24	6,3%
Não aprovada	10	2,6%

Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	2.428.808,05
Montante Executado em 2016	1.513.081,20



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2.9.9. Medidas de Apoio ao Emprego

- A) Programa de Valorização do Emprego (PVE) - Medida excecional, em contexto de crise económica, tendo em vista o apoio à manutenção da atividade das empresas dos Açores, bem como dos seus postos de trabalho. Consistiu num empréstimo sem juros, concedido pela Ilhas de Valor S.A, pelo prazo de 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas), 100.000,00 euros (pequenas empresas) e 300.000,00 euros (médias empresas). As candidaturas estiveram abertas de 9 de março a 12 de abril de 2012. A Resolução do Conselho do Governo n.º 67/2015, de 20 de abril de 2015, prevê o aumento do período de carência de capital até 1 de maio de 2016 ou até 1 de maio de 2017 consoante, respetivamente, as empresas beneficiárias do PVE façam prova da manutenção dos postos de trabalho até 31 de dezembro de 2013 ou até 31 março de 2016.
- B) Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional que preconiza o apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consiste num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas) e 100.000,00 euros (pequenas e médias empresas). Até ao momento, foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2015	4.252,17
Montante Executado em 2016	12.114,24

2.10. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa Ilhas de Valor, S.A. tinha uma responsabilidade no valor de 9.426.235,26 € (*nove milhões quatrocentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e cinco euros e vinte e seis cêntimos*), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com instituições financeiras, designadamente, Novo Banco e CEMAH, sendo que aproximadamente 1,6 milhões de euros resultam dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).



Em relação ao financiamento bancário, procedeu-se à amortização parcial do empréstimo bancário no Novo Banco e foram suportados e pagos os custos financeiros associados ao financiamento bancário no valor de cerca de 277 mil euros.

Ainda relativamente a financiamento bancário, e no que respeita ao curto prazo, de referir que a empresa apresenta o montante em crédito de 741.000 euros no final do exercício.

Por seu turno, na empresa SINAGA, S.A., o financiamento bancário ultrapassa os 20 milhões de euros, dos quais mais de 18 milhões são de longo prazo. Estes correspondem a cerca de 1 milhão com encargos suportados no ano 2016.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor S.A. contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, no valor de 3.593.275,00 € (*três milhões quinhentos e noventa e três mil duzentos e setenta e cinco euros*) no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2016. Também a empresa SINAGA, S.A. contou com Subsídios da Região que totalizaram 875.653,17 euros.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com um Contrato-Programa do qual foi recebido o valor de 4.450.000,00 € (*quatro milhões quatrocentos e cinquenta mil euros*).



3. RECURSOS UTILIZADOS

3.1. Recursos Humanos

São 6 trabalhadores afetos aos serviços da sede Ilhas de Valor S.A, (Santa Maria e Flores).

Sendo que a empresa também contou com 65 trabalhadores nos Campos de Golf de São Miguel e Terceira.

No que respeita a trabalhadores da participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda não tem trabalhadores afetos.

A participada Sinaga – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas, S.A.. contou em 2016 com um efetivo de 76 trabalhadores.

3.2. Recursos Técnico – Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2016 foram ao nível do imobilizado, inclui essencialmente algum equipamento adquirido para a empresa. O valor da rubrica “*propriedade de investimento*” é o reflexo da concretização dos investimentos em 2016 pela Ilhas de Valor, S.A, nomeadamente no Museu da Fábrica da Baleia nas Flores e algumas intervenções nos Hotéis da Graciosa e Flores. O valor da rúbrica “ativo tangível” engloba não só o referente a Ilhas de Valor S.A. com o das suas participadas.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 33 714 686,03 euros
- **Propriedade de investimento** – 1 562 979,87 euros



4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2016 uma variação positiva no que respeita às vendas e prestações de serviços, que incluem o referente a cessão de exploração dos campos de golfe e atividade da SINAGA, S.A. No entanto, relativamente aos Subsídios à Exploração reflete-se o valor de cerca de 3,593 milhões que inclui o valor por conta do Contrato-Programa da Ilhas de Valor, S.A., bem como o montante de cerca de 876 mil euros de Subsídios à SINAGA, S.A..

4.1.2. Custos

A empresa regista um aumento em fornecimentos e serviços durante 2016 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rubrica gastos com pessoal regista também uma variação positiva. Saliente-se que estes custos incluem também os referentes à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira e ainda os afetos à SINAGA, S.A..

4.1.3. Resultados

Rubricas	PERÍODO
	2016
Resultados operacionais	1 196 866,76
Resultados financeiros	-1 109 793,89
Resultados correntes	1 196 866,76
Resultados antes de impostos	68 869,63
Resultado líquido do exercício	-368 616,25

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é negativo.



4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise evolutiva no exercício 2016, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas de capitais próprios correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu passivo total é ligeiramente superior comparativamente a anos anteriores. Refira-se que a dívida da empresa é na maioria a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico-financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar o aumento do passivo da Ilhas de Valor, S.A. por conta dos investimentos em curso e concluídos nos últimos anos, que tiveram impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS
	2016
Total de Proveitos	10 076 146,15 €
Volume de Negócios	9 350 990,94 €
Resultados Financeiros	-1 109 793,89 €
EBIT (Resultados Operacionais)	1 196 866,76 €
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2 532 496,88 €
Resultados Antes de Impostos	68 869,63 €
Resultado Líquido do Exercício	-368 616,25 €
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-1,85%
Rendibilidade das Vendas	-3,94%
Liquidez Geral	1,90%
Autonomia Financeira	25,89%
Solvabilidade	34,93%
Endividamento	74,11%

Como se pode observar no quadro anterior a empresa regista um endividamento na ordem dos 74,11%. Por outro lado, verifica-se uma diminuição no grau de solvabilidade e autonomia financeira.

4.4. Indicadores Económico – financeiros

Outros Indicadores	PERÍODOS
	2016
Rendibilidade operacional	12,80%
Rendibilidade Financeira	-1,85%
Rendibilidade Económica	-0,48%
Grau de alavanca operacional	126,29%
Grau de alavanca financeira	100,00%
Grau de alavanca combinada	126,29%
Liquidez Reduzida	1,81%
Líquides Imediata	0,01%
Grau de Cobertura de Imobilizado	54,07%
Prazo médio de Cobranças	27
Prazo médio de Pagamentos	-43,00

5.FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

24

6.DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

As empresas Ilhas de Valor, S.A. e Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda. não têm em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

A empresa SINAGA, S.A. tem em mora dívidas à Segurança Social e à Autoridade Tributária, sendo que com esta última também existe contencioso aduaneiro pendente.

7.PERSPETIVAS

Durante o ano de 2017 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descuidar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas.

* Desencadear os procedimentos para a concretização das parcerias a estabelecer para cada um dos projetos em curso e a iniciar.

* Acompanhar a atividade das suas participadas, em especial no que se refere à situação da SINAGA, S.A. na procura das melhores soluções.

25

8.AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A. e suas participadas, se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

Vila do Porto, 24 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração
Luís Figueiredo
Diána Valada

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

CONTAS

2016



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais



Pousada da Juventude da
Caldeira do Santo Cristo, Lda



9. CONTAS

9.1. Balanço consolidado

9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza

9.3. Demonstração dos resultados consolidados por função

9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

9.5. Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios

9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas



9.1. BALANÇO CONSOLIDADO EM 31-12-2016

RUBRICAS	NOTAS	Períodos
		31/12/2016
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	6	33 714 686,03
Propriedades de Investimento	6	1 562 979,87
Ativos Intangíveis	7	216 000,00
Participações Financeiras - método da equivalência Patrimonial	8	
Outros Investimentos Financeiros		1 408 719,26
		36 902 385,16
Activo corrente		
Inventários	9	1 928 574,40
Clientes	10	2 506 212,61
Adiantamentos a fornecedores	14	2,48
Estado e outros entes públicos	11	460 374,46
Outras contas a receber	10	35 107 955,97
Diferimentos	12	12 824,42
Caixa e depósitos bancários	4	152 664,08
		40 168 608,42
Total do activo		77 070 993,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	22	9 000 000,00
Reservas legais	22	577 000,00
Ajustamentos em Ativos Financeiros	22	2 773 426,06
Outras Variações no Capital Próprio	22	1 282 562,78
Resultados Transitados	22	6 687 592,62
Resultado líquido do período	22	-368 616,26
Total do capital próprio		19 951 965,20
Passivo		
Passivo não corrente		
Estado e outros entes públicos	11	1 121 541,58
Financiamentos obtidos	13	28 138 470,39
Passivos por impostos diferidos	14	46 487,98
Outras contas a pagar	14	6 650 000,00
		35 956 499,95
Passivo corrente		
Fornecedores	14	2 462 516,35
Adiantamentos de clientes		0,00
Estado e outros entes públicos	11	2 390 008,66
Financiamentos obtidos	13	2 821 620,70
Outras contas a pagar	14	13 488 382,72
Diferimentos		0,00
		21 162 528,43
Total do passivo		57 119 028,38
Total do capital próprio e do passivo		77 070 993,58



9.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA EM 31-12-2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS
		2016
Vendas e serviços prestados		9 350 990,94
Subsídios á Exploração	15	4 468 928,17
Variação nos inventários de produção	23	(169 298,79)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(7 238 656,40)
Fornecimentos e serviços externos	9	(1 511 486,56)
Gastos com o pessoal	16	(2 775 414,10)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	(18 203,24)
Aumentos/ reduções de justo valor	10	698,53
Outros rendimentos e ganhos	6	725 155,21
Outros Gastos e Perdas	18	(318 420,12)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos	19	2 514 293,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(1 335 630,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6/7	1 178 663,51
Juros e rendimentos similares obtidos		99 153,17
Juros e gastos similares suportados	20	(1 208 947,06)
Resultado antes de impostos	21	68 869,62
Imposto sobre o rendimento do período		(437 485,88)
Resultado líquido do período	24	(368 616,26)

28

Contabilista Certificado nº 456

Luís António

O Conselho de Administração

Luís António
Armando
Diana Valada



9.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES EM 31-12-2016

Rubricas	PERÍODOS
	2016
Rubrica	31/12/2016
Vendas e serviços prestados (a)	9 350 990,94
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	-8 918 743,22
Resultado bruto	432 247,72
Outros rendimentos	5 194 083,38
Gastos de distribuição	0,00
Gastos administrativos	-4 429 464,34
Gastos de investigação e desenvolvimento	
Outros gastos	0,00
Resultado operacional	1 196 866,76
Gastos de financiamento (líquidos)	-1 109 793,89
Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)	0,00
Rendimentos de investimentos financeiros (3)	0,00
Perdas de imparidade e suas reversões (3)	-18 203,24
Ganhos (perdas) cambiais (3)	0,00
Resultado antes de impostos	68 869,63
Imposto sobre o rendimento do período	-437 485,88
Resultado líquido do período	-368 616,25
Resultado das atividades descontinuadas (líquidos de impostos) incluído no resultado líquido do período	0,00

Contabilista Certificado nº 456

Luís António

O Conselho de Administração

Luís Castanho
António
Diana Valada

9.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS – MÉTODO DIRETO

Rubricas	PERÍODOS
	2016
Fluxo das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	9 646 076,19
Pagamentos a fornecedores	8 819 493,25
Pagamentos ao pessoal	2 320 441,97
Caixa gerada pelas operações	-1 493 859,03
Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento	-58 911,18
Outros pagamentos/recebimentos atividade operacional	-2 768 144,89
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-4 203 092,74
Fluxo das atividades de investimento	
Pagamentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	231 196,99
Activos intangíveis	0,00
Investimentos financeiros	642,17
Subsídios de investimento	0,00
Outros activos	0,00
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	908,53
Activos intangíveis, Investimentos financeiros	0,00
Outros activos	0,00
Subsídios ao investimento	452 282,89
Juros e rendimentos similares	197,10
Dividendos	0,00
Fluxo de caixa das actividades de investimento	221 549,36
Fluxo das actividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	9 508 309,26
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	1 779 231,67
Cobertura de prejuízos	0,00
Doações	0,00
Outras operações de financiamento	3 700 161,54
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	9 991 393,39
Juros e custos similares	1 191 386,86
Dividendos	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	10 693,32
Outras operações de financiamento	97 392,00
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	3 696 836,90
Variação da caixa e seus equivalentes	-284 706,48
Efeito das diferenças de câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	437 370,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	152 664,08

Luís Antunes

Luís Antunes
Analista
Diana Jacada

9.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	7	9 000 000	509 000	5 404 261	4 219 039	1 631 430	1 351 331	22 115 061	22 115 061
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0	0
Aplicação dos resultados do período anterior							-1 351 331	-1 351 331	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	9 000 000	509 000	5 404 261	4 219 039	1 631 430	0	20 763 730	22 115 061
RESULTADO INTEGRAL	9						-368 616	-368 616	-368 616
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10=8+9						-368 616	20 395 114	21 746 445
Realizações de Capital								0	0
Distribuições								0	0
Outras operações -RL POC								0	0
Outras operações			68 000	1 283 331	-1 445 613	-348 867		-443 149	-886 298
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11	9 000 000	577 000	6 687 592	2 773 426	1 282 563	0	19 951 965	19 951 965
	12=7+8+9+11								

Contabilista Certificado nº 456

O Conselho de Administração

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Ilhas de Valor
Paróquias Profissionais



**Pousada da Juventude da
Caldeira do Santo Cristo, Lda**

9.6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício Económico de 2016

32

Contabilista Certificado nº 456

O Conselho de Administração

Diana Uatada

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Ilhas de Valor, S.A.

Sede: Rua Dr. Luis Bettencourt, 86 1º, Vila do Porto

Natureza da Atividade: planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.



A Ilhas de Valor, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com a seguinte participação no capital social

Região Autónoma dos Açores	50,00%	4.500.000,00€
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€
SATA – Air Açores SA	0,28%	25.000,00€
Atlânticoline, SA	0,28%	25.000,00€

As empresas em consolidação neste Relatório e Contas pela participação de capital da Ilhas e valor, S.A. são:

- Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo,
- Sinaga – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A adoção das NCRF nas contas individuais ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de Janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respetivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).

2.2. POLITICAS CONTABILISTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas na nota 3. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Não houve derrogações das disposições do SNC.

2.3. MOEDA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).



3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. SALDOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período.

3.2. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS (EQUIVALENCIA PATRIMONIAL)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.



É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.3. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E OUTRAS EMPRESAS (MÉTODO DO CUSTO)

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas associadas e outras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para as NCRF, e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas de imparidade estimadas.

As prestações suplementares concedidas pela Empresa a empresas associadas e outras empresas são registadas pelo respetivo valor nominal. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas associadas e outras empresas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídos à Empresa desde que os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

36

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e outras empresas são registados como rendimentos.

3.4. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração de resultados do exercício.



3.5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3.6. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.7. CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.



3.8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<i>Número de anos</i>
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 12

(Handwritten signatures and initials)



3.9. LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

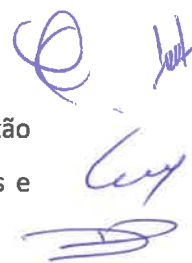
Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.



3.11. REDITO E REGIME DE ACRÉSCIMO

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O método usado na mensuração do rédito foi o método da percentagem de acabamento das obras, nos contratos de construção.

40

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.12. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.



3.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.14. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.



Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.15. IMPARIDADE DE ATIVOS, EXCLUINDO GOODWILL

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

42

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da



perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.16. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nos fluxos de caixa, foram como segue:

	31-dez-16
-	
Caixa	31 987,59
Depósitos à ordem	120 676,49
Depósitos a prazo	
Caixa e depósitos bancários	152 664,08
Outros ativos financeiros	0,00
Caixa e seus equivalentes	152 664,08

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILISTICAS E ESTIMATIVAS

Durante o exercício de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade foram como segue:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	A. F. Tangíveis em Curso	Total dos Activos Fixos Tangíveis
Activo bruto:							
Saldo inicial a 01-01-2016	41 481 119,79	7 839 267,75	470 653,39	338 664,06	426 558,82	0,00	50 556 263,81
Investimento	166 592,77	4 024,83	0,00	4 977,24	0,00	0,00	175 594,84
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	-1 491,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 491,77
Saldo final a 31-12-2016	41 647 712,56	7 841 800,81	470 653,39	343 641,30	426 558,82	0,00	50 730 366,88

A variação nos ativos fixos tangíveis foi as obras realizadas no hotel da Graciosa no valor de 166 592,77 euros e, aquisição de equipamento administrativo no valor de 4 977,24 euros e equipamento Básico no valor de 4 024,83 euros.

A empresa efetuou em 2014 uma revalorização do terreno e do edifício da Sinaga, tendo por base o estudo de avaliação do mês de Abril deste ano, por perito avaliador de imóveis.

Optou-se por não ter em conta o excedente desta revalorização para efeitos de depreciação, no montante de 4 456 688,82 euros, para evitar que a revalorização efetuada não viesse a resultar, novamente, na baixa do valor com que o imóvel se apresenta no balanço, com vista a não desvirtuar o valor de avaliação

DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO E ACUMULADAS

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas							
Saldo inicial a 01-01-2016	9 115 496,99	5 476 715,50	445 110,53	258 112,69	408 946,79	0,00	15 704 382,50
Depreciações e perdas de imparid. do período	890 298,70	387 550,91	5 758,81	11 833,51	16 188,19	0,00	1 311 630,12
Transferências e abates	0,00	-331,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-331,77
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	10 005 795,69	5 863 934,64	450 869,34	269 946,20	425 134,98	0,00	17 015 680,85

As depreciações dos ativos tangíveis fixos foram no montante de 1 311 630,12 euros.

Valor líquido							
A 01-01-2016	32 365 622,80	2 362 552,25	25 542,86	80 551,37	17 612,03	0,00	34 851 881,31
A 31-12-2016	31 641 916,87	1 977 866,17	19 784,05	73 695,10	1 423,84	0,00	33 714 686,03

Face às aquisições no valor de 175 594,84 euros e as amortizações do exercício no valor de 1 311 630,12 euros o valor líquido dos ativos passou de 34 851 881,31 euros para 33 714 686,03 euros.

46

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	Terrenos e Edifícios					A. F. Tangíveis	A. F. Tangíveis
Ativo bruto:						Em Curso	Em Curso
Saldo inicial a 1-1-2016	1.562.979,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.979,87
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	1.562.979,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.979,87

Nos ativos fixos tangíveis em curso, ocorreram os seguintes investimentos:

- Não houve concretização de investimentos em curso no ano de 2016.

Desta forma permanece em curso os investimentos o Valor de 1 562 979,87 euros referente a anos anteriores da Ilhas de Valor S.A..

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Ativos Intangíveis	Total dos Ativos
	Marcas	Fixos Intangíveis
Ativo bruto:		
Saldo inicial a 31-12-2015	623 991,32	623 991,32
Investimento	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	623 991,32	623 991,32

47

Os ativos intangíveis incluem a marca "Sinaga" que está mensurada ao justo valor de 240 000,00 euros, em referência a 31 de dezembro de 2014, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de Janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da Sinaga.

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		
Saldo inicial a 31-12-2015	383 991,32	383 991,32
Depreciações e perdas de imparid. do período	24 000,00	24 000,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	407 991,32	407 991,32

Os ativos fixos intangíveis foram amortizados em 24 000,00 euros.



Valor líquido		
A 31-12-2015	240 000,00	240 000,00
A 31-12-2016	216 000,00	216 000,00

E. J. Silva
Coef
D

Os ativos fixos Intangíveis no final do exercício passaram de 240 000,00 euros para 216 000,00 euros.

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos foram como segue:

<u>Investimentos Financeiros</u>	<u>31/12/2016</u>
Investimentos em Subsidiárias	209 497,12
Empréstimos Concedidos	1 400 000,00
Pensões de Reforma	7 043,27
Outros Investimentos Financeiros	1 675,99
Imparidades Acumuladas	-209 497,12
	1 408 719,26

48

- O valor dos Investimentos Financeiros é de 1 408 719,16 euros.

9. INVENTÁRIOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, os movimentos ocorridos foram como segue:

Matérias-primas	31-dez-16
Inventário inicial m/p	2 319 230,18
Compras de m/p	7 141 276,26
Regularização Existências	-123 976,85
Variação da Produção	-169 298,79
Inventário final mercadorias	1 928 574,40
Custo M. V. e M. C.	7 238 656,40



Compra de mercadorias e matérias-primas relacionadas com a exploração normal da atividade.

10. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

-	31-dez-16
Clientes c/c	2 506 212,61
Clientes Exploração Verdegolf	350 484,72
Clientes Golf Terceira	9 690,10
Clientes Ilhas de Valor	50 296,97
Clientes Sinaga	2 095 740,82
Clientes c/c	778 369,90
Clientes Factoring	297 467,42
Clientes Cobrança Duvidosa	1 837 347,81
Adiantamento Clientes	0,00
Clientes com saldo credor	8,20
Perdas por Imparidades acumuladas	-817 452,51



Do saldo global de clientes 2 506 212,61 euros, o montante 350 484,72 euros é clientes da exploração com “VerdeGolf” , 50 296,97 euros da “ Ilhas de Valor , S.A.”, 9 690,10 euros de clientes Golf Terceira e 2 095 740,82 euros à Sinaga, conforme desagregação acima.

(Handwritten signatures and initials)

<u>Outra contas a receber</u>	<u>31-dez-16</u>
Outros devedores por acréscimos	2 029 729,06
Adiantamentos ao pessoal	298,97
Outra contas a receber	33 077 927,94
Total	35 222 745,96

Abaixo quadro complementar com pormenorização dos valores apresentados:

<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>31/dez/16</u>
Outros adiantamentos	2,48
Total	2,48

	<u>31/dez/16</u>
Devedores por Acréscimos	2 029 729,06
Faturação a emitir Verdegolf (1)	686 454,06
Faturação a emitir Ilhas de Valor (2)	1 343 275,00
Juro a receber (3)	0
Outros Devedores	33 193 016,90
Fundo garantia - linha Açores Investe	3 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4 500 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400 000,00
Diversas Linhas	472 001,67
Linha Açores Investe	338 236,40
Linha Reestruturação	46 934,42
Verdegolf	5 944 812,55
Linha Açores Empresas II	52 323,31
Pousada da Juventude São Jorge	380 837,52
Linha Açores Empresas I	56 097,20
Linha Reestruturação II	1 699 399,40
Linha Reestruturação III	2 429 246,42

Linha Açores Investe II	3 344 208,40
Linha Açores Empresas III	101 714,40
Atlanticoline	0
Linha Empresas PVE	9 146 542,18
Programa Estabilização do Emprego	66 283,74
Recebido Linhas por Liquidar	0
Clube Golf Terceira	25 000,00
Verde Coragem Clube	300
Linha Reestruturação	66 062,20
Linha Açores Empresas II	84 019,62
Linha Açores Empresas I	38 997,47
Diferença de Consolidação	-115 088,96



(1) Faturação a emitir Verdegolf

Referente à parte do resultado de exploração de 2016 que só será faturado em 2017.

(2) Faturação a emitir Ilhas de Valor

Remanescente do Subsídio Destinado à exploração de 2016 que só foi recebido em janeiro de 2017.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

Saldos devedores	31/dez/16
IRC	16 220,23
Imposto sobre o valor acrescentado	420 390,51
Outros impostos	23 763,72
Total	460 374,46

Saldos credores passivo Corrente	31/dez/16
Pagamento por conta de IRC	0,00
Retenções na fonte de terceiros	18 311,93
Imposto estimado	453 481,84
Contribuições para Segurança Social	1 867 450,85
Iva	8 356,98
Outros	42 407,06
Total	2 390 008,66



Saldos credores passivo não corrente	31/dez/16
Outros Finanças	1 121 541,58
Total	1 121 541,58

A sociedade tem dívidas em mora ao Estado, umas com planos prestacionais aprovados e em curso com a Segurança Social, tendo como garantia o edifício da Sinaga e um processo com as Finanças no valor de 1 121 541,58 euros, que acrescido de juros de mora e custas processuais no valor de 766 725,73 euros, totalizam 1 888 267,31 euros.

12. DIFERIMENTO DE GASTOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como se segue:

Gastos a reconhecer	31/dez/16
Seguros	6 999,10
Outros gastos a reconhecer	5 825,32
Total	12 824,42

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Financiamentos obtidos não corrente</u>	<u>31/dez/16</u>
<u>Empréstimos bancários</u>	
BANIF Sider Flores	698 910,03
BANIF Sider Graciosa	927 325,23
CEMAH	4 000 000,00
BESA	3 800 000,00
Outros Financiadores	475 541,08
Outros Empréstimos Bancários	18 236 694,05
Total	28 138 470,39

53

A empresa defronta-se com algumas dificuldades de Financiamentos para restauração do seu passivo bancário e refinanciamento da atividade, a médio e longo prazo. Foi cumprido os acordos com os planos financeiros para cada um e reduziu-se o total de financiamentos.

<u>Financiamentos obtidos corrente</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Empréstimos bancários</u>	
Caucionada BES	41 000,00
Caucionada CEMAH	700 000,00
Outros Empréstimos Bancários	2 080 620,70
Total	2 821 620,70

Os valores acima correspondem a financiamentos ocasionados pela gestão diária de tesouraria, descobertos bancários e locações financeiras.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31/dez/16</u>
Fornecedores conta corrente	2 462 516,35
Fornecedores Exploração Verdegolf	113 500,66
Fornecedores Golf Terceira	18 024,05
Fornecedores Ilhas de Valor	34 273,22
Fornecedores Sinaga	2 296 396,29
Fornecedores Pousada	322,13

O saldo de fornecedores em 2016 é de 2 462 516,35 euros.

<u>Credores por acréscimos de gastos</u>	
Seguros a Liquidar	0,00
Remunerações a liquidar	360 730,71
Juros a liquidar	218 268,76
Remunerações a liquidar	25 611,22
Outros Credores	341 022,58
Total	945 633,27
<u>Outros credores - Corrente</u>	
Capital Subscrito por realizar	0,00
Linhas Credito Bancos	12 255 106,35
Impostos diferidos	0,00
Fornecedores de Investimentos	26 971,58
Outros Credores	260 671,52
Total	12 542 749,45

Outros credores - Não Corrente	31/dez/16
Linhas de Crédito	6 650 000,00
Impostos diferidos	46 487,98
Total	6 696 487,98

Adiantamentos de clientes	31/dez/13
Outros adiantamentos	0,00
Total	0,00



Outras contas a pagar no valor de 945 633,27 euros, outros credores corrente no montante de 12 542 749,45 euros, e outros credores não corrente no valor de 6 696 487,98 euros representam a totalidade contas a pagar.

15. RÉDITO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-16
Rédito	
Mercadorias	2 451 916,26
Produtos Acabados e Intermédios	5 072 151,55
Subprodutos, desperdícios, Resíduos e Refugos	254 678,3
Prestação de Serviços	1 572 244,83
Total	9 350 990,94

Aumento de vendas e aumento de prestação de serviços, as mesmas são entendidos como aceitáveis face às condições de mercado que se vive.

Na rubrica de produtos acabados e intermédios está considerado o valor de 4 671 170,00 euros, referente ao contrato pontual feito com a empresa "AB Azucarera Ibéria SLU", para produção de açúcar vendido em Espanha á mesma empresa.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos nas contas consolidadas foram como segue:

	31/dez/16
Subcontratos	32 230,23
Trabalhos Especializados	430 624,19
Publicidade e Propaganda	39 592,12
Vigilância e Segurança	5 474,01
Honorários	94 237,65
Comissões	1 123,75
Conservação e Reparação	333 996,07
Serviços Bancários	48 963,73
Outros Serviços	3 193,16
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	28 110,71
Livros e Documentação Técnica	7,72
Material de Escritório	8 739,51
Artigos para Oferta	1 304,50
Outros Materiais	0
Eletricidade	136 841,83
Combustíveis	71 313,75
Água	10 813,14
Óleos e Lubrificantes	0
Outra Energia e Fluidos	2 048,15
Deslocações e Estadas	44 169,74
Transporte Mercadorias	56 722,64
Outros transportes	1 627,06
Rendas e Alugueres	62 628,99
Comunicação	28 575,67
Seguros	35 489,70
Contencioso e Notariado	2 907,52
Despesas de Representação	221,7
Limpeza e Higiene	23 319,22
Outros Serviços	7 210,10
Total	1 511 486,56

Apesar da estabilização generalizada das despesas gerais, o aumento das vendas e prestação serviços originou que os custos que são praticamente fixos também aumentassem, além disto as diversas reparações e manutenções em edifícios e equipamentos teve um aumento muito significativo, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade das empresas.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/dez/16
Remunerações dos órgãos sociais	333 207,45
Remunerações do pessoal	1 884 129,35
Benefícios Pós Emprego	10 993,92
Indeminizações	8 638,72
Encargos s/ remunerações	480 467,02
Seguros	41 874,91
Outros	16 102,73
Total	2 775 414,10

57

Os custos com pessoal têm aumento basicamente provocado pela contabilização dos quadros existentes no Golf da Terceira, os restantes resultam de contratações, da anulação dos cortes nas remunerações e reposição dos vencimentos.

Estes custos correspondem ao total das empresas consolidadas.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/dez/16
Rendimentos Suplementares	69 299,39
Descontos Pronto Pagamento	133,22
Ganhos em Inventários	50 784,17
Ganhos em Alienação Ativos Tangíveis	1 072,33
Correções relativas períodos anteriores	4 257,65
Outros Proveitos	599 608,45
Total	725 155,21



Dos 599 608,45 euros contabilizados em outros proveitos 469 135,13 euros dizem respeito:

Imputação Subsidio para investimentos

- Hotel Flores e Graciosa: 384 913,56 euros
- Adução Termas do Carapacho: 34 398,00 euros
- Sinaga: 49 823,57 euros

Restantes proveitos resultam da restituição de impostos (90 170,13 euros) e outros residuais de (40 303,19 euros).

58

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/dez/16
Impostos	188 485,05
Taxas	3 099,26
Gastos Perdas Subsidiarias	0,00
Outros	126 835,81
Total	318 420,12

A verba de 188 485,05 euros inclui:

- IMI e imposto selo, operações bancárias e impostos sobre transportes.

A verba 126 835,81 euros resulta correções relativas a períodos anteriores, coimas e outros residuais.





20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/dez/16
Juros de depósitos bancários	0,00
Juros de financiamento associadas	86 678,66
Dividendos	0,00
Diferenças de câmbio	0,00
Outros juros	12 474,51
Total	99 153,17

59

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/dez/16
Juros de financiamentos suportados	
Juros bancários	1 100 453,82
Encargos com Letras	35087,54
Juros compensatórios	43074,25
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0
Outros	30 331,45
Total	1 208 947,06



Os valores correspondem a juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo em período de carência, assim como sobre amortizações dos empréstimos (conforme plano financeiro existente).

Restantes despesas relacionadas com despesas cobradas pelos bancos relacionadas com os financiamentos existentes.

22. CAPITAIS PRÓPRIOS

O capital está representado por 1 800 000 ações ao portador de valor nominal de cinco euros cada, pertencentes a:

Acionistas	Ações	
	Número	Valor Nominal
Região Autónoma dos Açores	900 000	4 500 000,00
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4.450 000,00
SATA – Air Açores SA	5 000	25 000,00
Atlânticoline SA	5 000	25 000,00
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00

60

VARIAÇÕES NA RUBRICA DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Por deliberação da aprovação de contas referente ao exercício de 2015:

Transferência de resultados no montante de 1 351 331,14 € para:

- Para resultados transitados 1 283 331,14 euros.

- Para reservas legais 68 000,00 euros

Passando o saldo de resultados transitados de 5 404 261,48 euros para 6 687 592,62 euros.

Passando o saldo de reservas legais de 509 000,00 euros para 577 000,00 euros

Por Ajustamentos em Ativos Financeiros:

- Ajustamentos em ativos financeiros 1 310 238,25 euros.

Os ajustamentos em ativos financeiros no balanço correspondem a 2 773 426,06 euros.

Por Outras Variações no Capital Próprio referente a:

- Imputação dos Subsídios para investimentos no valor de 419 311,56 euros e impostos diferidos no montante de 70 444,34 euros.

Passando o saldo de 1 631 430, 00 euros para 1 282 562,78 euros.



Pelo resultado do exercício de 2016

- Resultado negativo em 368 616,26 euros.

Desta forma os capitais próprios da empresa que eram de 22 115 061,56 euros passam para 19 951 965,20 euros.

23. SUBSÍDIOS DESTINADOS À EXPLORAÇÃO.

	31/dez/16
Subsídios à Exploração	
Subsídios	3 593 275,00
Subsídios	875 653,17
Total	4 468 928,17



Durante o ano de 2016 a empresa recebeu 4 468 928,17 euros de subsídios destinados ao investimento e à exploração, nos quais se inclui o referente a Contrato-Programa para Coesão.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO PESSOAS COLETIVAS

	31/dez/16
-	
Imposto corrente	- 4 032,00
Tributações autónomas	0
Coleta	330 036,77
Derrama	111 481,11
Total	437 485,88

Imposto diferido	0,00
------------------	------

Imposto sobre o rendimento do período	437 485,88
--	-------------------

62

Imposto calculado sobre o resultado, e com base nas taxas em vigor nos Açores.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Foi pago a título de honorários por auditoria e certificação legal das contas o montante de 21 mil euros.

O valor global dos compromissos financeiros (ações administrativas ou punitivas, contra ordenações, garantias e liquidações) que não configura no balanço e na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa, e constantes das contas individuais totalizam um montante de 1 776 733,78, podendo a mesma ascender a 2 193 451,19 euros.

26. ACONTECIMENTOS APÓS O FECHO

Não houve alterações após o fecho do exercício.

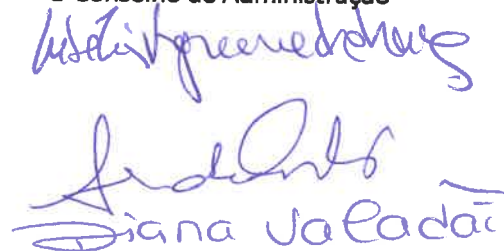
27. DATA DE EMISSÃO

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 24 de fevereiro de 2017.


O Contabilista Certificado nº 456



O Conselho de Administração



63



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL E
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
FISCAL ÚNICO

2016



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais



Pousada da Juventude da
Caldeira do Santo Cristo, Lda

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2016

(Contas Consolidadas)

Senhores Accionistas:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da **ILHAS DE VALOR, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Ao mesmo tempo, damos o nosso Parecer sobre os mesmos documentos.

RELATÓRIO

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela **ILHAS DE VALOR, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.



Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2017

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 77.070.994 euros e um total de capital próprio de 19.951.965 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 368.616 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com Reservas”, parágrafo 1, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da ILHAS DE VALOR, S.A., em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com Reservas

1. As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2016, da associada SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., contém cinco reservas por desacordo referentes, respectivamente: (i) Em 16 de Dezembro de 2013, foi celebrado um contrato de suprimentos entre a SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. e a FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES JOÃO DE MELO ABREU, LDA. no montante de 800.000,00 € (Oitocentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e o pagamento dos juros desde 16 de Junho de 2014;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Adicionalmente, em 18 de Fevereiro de 2014, foi celebrado novo contrato de suprimentos entre as mesmas empresas, no montante de 600.000,00 € (Seiscentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e a primeira prestação do pagamento dos juros em 16 de Junho de 2014. Assim, o total dos contratos de suprimentos totaliza o valor de 1.400.000,00 € (Um milhão e quatrocentos mil euros), não tendo sido verificado, até à presente data, qualquer reembolso dos mesmos, para além do não pagamento dos juros devidos totalizar 242.121 euros, em 31/12/2016.

(ii) Como indicado na nota n.º 25 do Anexo e no Relatório de Gestão, sobre a Sinaga foram instaurados vários processos judiciais, cuja resolução pelos tribunais está em curso, não tendo sido constituída qualquer provisão para fazer face a perdas estimadas no montante de 2.458.587 euros.

(iii) Face à análise das expetativas de cobrabilidade que realizámos as “Perdas por imparidade acumuladas – Em dívidas a receber” apresentam uma insuficiência de pelo menos 1.070.776 euros. Porém, a natureza das situações existentes não nos permite ajuizar com segurança e rigor o quantitativo das perdas por imparidade a efetuar.

(iv) Na análise efetuada à conta “Produtos Acabados e Intermédios – Açúcar”, no montante de 282.466 euros, estimamos que o referido valor está sobrevalorizado face ao seu valor de realização futuro, pelo que deveria ter sido constituída uma perda por imparidade de cerca de 223.239 euros.

(v) Em 31 de Dezembro de 2016, o montante de juros e de custas processuais referente a um processo de execução fiscal não refletido contabilisticamente ascendia a 766.726 euros.

À mesma data e referente ao mesmo processo acima indicado, a empresa ainda não tinha regularizado o valor de 1.888.267 euros (quantia exequenda, juros e custas), uma vez que existe um contencioso com a Autoridade Tributária sobre o montante dos juros apresentados e, cujo desfecho, nesta data, ainda não é conhecido.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2016, da associada SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. apresentam um capital próprio na situação descrita no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

No entanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura das suas operações.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2017



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)